



J.A. SEABRA
DE FIGUEIREDO
Docente Universitário
Consultor

A advocacia de negócios em Portugal – Os principais desafios

1) Numa altura em que os efeitos da crise se fazem sentir, a todos os níveis e com o mercado de trabalho a revelar a existência de uma saturação de Licenciados em Direito dedicados, na sua maioria, às áreas mais tradicionais, uma questão recorrente surge, no dia-a-dia:

Como tornar a advocacia mais inovadora e dinâmica?

Ora é sabido que o espaço em que os juristas terão uma maior dificuldade em intervir será no plano em que o Direito se cruza com a atividade económico-empresarial – e a procura de advogados com estas qualificações é muito grande.

Mas acontece que não estamos a ser confrontados com uma nova realidade. A verdade é que, já em 1994, ciente dessa tendência, após rigorosa reflexão a Universidade Católica do Porto lançou a Pós-Graduação em Gestão para Juristas, que teve um enorme êxito. Este projeto, inovador e pioneiro, foi desenvolvido com o apoio de um Conselho Consultivo que integrava juristas ilustres, de reconhecido mérito e competência, mas que haviam seguido carreiras de relevo, em áreas tradicionalmente vedadas ou pouco permeáveis aos licenciados em direito. E esse órgão incluía pessoas como o então Presidente do BPI, Dr Artur Santos Silva, o Dr Rui Vilar ex-Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, o Dr Carlos Camara Pestana, Presidente do Banco Itaú, o Dr Ângelo César Machado e, mais tarde, o Dr António Pinto dos Sousa, Presidente da IBERSOL. Para além destes, várias outras figuras de outros campos, como o Dr Miguel Cadilhe, contribuíram para encontrar respostas à seguinte questão:

Que tópicos e matérias deveriam integrar um curso eminentemente dirigido á prática, que permitisse aos juristas entender e dominar as realidades substanciais da economia e da gestão, para poderem passar a intervir como advogados de negócios?

2) O impacto que a l

Edição da Pós-graduação em Gestão para Licenciados em Direito causou, em 1994, foi enorme, levando a que edições subsequentes viessem a ser realizadas, todos os anos, sempre numa lógica evolutiva e dinâmica e com o apoio do Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados. Posteriormente, este projeto veio-se a tornar ainda mais dirigido para as novas realidades, passando a ser denominado “Executive Master em Gestão para Juristas” – sob esta nova designação, terá início, a 20 de Fevereiro, a 9ª Edição deste programa.

Não se pense, contudo, que o domínio de temáticas como Planeamento Fiscal, Fundos Imobiliários, Contabilidade, Mercado de Capitais, ou Estratégia, entre outras, apenas encontrará uma aplicabilidade no universo das empresas – longe disso!

Contrariamente ao que se possa julgar, estamos perante um plano de conhecimentos que poderá ser aplicado mesmo em casos mais tradicionais, como Sucessões, Contratos, etc.

“Fugir à matemática foi uma das razões que me levaram para o Direito!”, ouve-se, frequentemente, da boca dos juristas. Mas a verdade é que estas matérias podem ser prelecionadas com o domínio que o advogado médio tem dessa quase “ciência oculta”... Sucede que os advogados de negócios necessitam, essencialmente, de “saber falar a linguagem” dos peritos da gestão e da economia, que não visam substituir. Embora, em muitos casos, inúmeros juristas acabem por se tornar, eles próprios, especialistas nesses domínios.

3) No dia 13 de fevereiro teve lugar na UCP o Seminário “A Advocacia de Negócios em Portugal – Os Principais Desafios”, em que intervieram Guilherme Figueiredo, ex-Presidente do Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados (trínios 2008/2010 e 2011/2013); Diogo Duarte de Campos, advogado da PLMJ e Luis Miguel Novais,

advogado, empresário e gestor público. Salientando todos eles a existência de uma interdependência entre o direito e os temas de economia e gestão – o que leva a que, por vezes, se torne difícil traçar fronteiras – Guilherme Figueiredo principiou por colocar a tónica num detalhe do título da sua intervenção, “O Papel da Gestão, na Advocacia”, teorizando, com uma irreverência criativa própria do homem de letras que é, qual seria a função da vírgula colocada entre gestão e advocacia. E avançou para uma conclusão muito bem estruturada, que se poderá resumir, dizendo, que ambas constituem, tão só, as duas faces da mesma moeda. Ora a verdade é que o valor de uma moeda ficaria diminuído ou falseado, caso esta viesse a ser cunhada apenas com uma das faces...

Ficará, então, o papel dos profissionais da advocacia mais tradicional diminuído, de algum modo, sem o domínio deste conhecimento? Naturalmente que não, essa advocacia convencional nunca deixará de ter lugar. E cumpre, além disso, recordar que muitos advogados foram, através dos anos, adquirindo, em moldes formais ou empíricos, uma familiaridade que lhes permitiu exercer com distinção as suas funções.

Simplemente, a aquisição sistemática, através de um programa estruturado e com uma lógica de sentido, permitirá uma melhor gestão dos “custos de oportunidade” que qualquer aprendizagem comporta.

O estudo e aplicação do Direito ganham uma maior dimensão ético-social, quando o jurista entende o funcionamento dos instrumentos da gestão e da economia. E, como é óbvio, a prática da gestão e a implementação de políticas económico-financeiras terão de estar colocadas dentro de uma moldura jurídica, reguladora e apta a estabelecer limites. Em suma, nem um direito tecnocrático, nem uma gestão puramente economicista.